

2024 by Editora Artemis Copyright © Editora Artemis Copyright do Texto © 2024 Os autores Copyright da Edição © 2024 Editora Artemis



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição-Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o

download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Editora Executiva M.ª Viviane Carvalho Mocellin

Direção de Arte M.ª Bruna Bejarano
Diagramação Elisangela Abreu

Organizador Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers
Imagem da Capa Bruna Bejarano, Arquivo Pessoal

Bibliotecário Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.ª Dr.ª Ada Esther Portero Ricol, Universidad Tecnológica de La Habana "José Antonio Echeverría", Cuba

Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Prof. Dr. Agustín Olmos Cruz, Universidad Autónoma del Estado de México, México

Prof.^a Dr.^a Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Prof.ª Dr.ª Ana Clara Monteverde, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Prof.^a Dr.^a Ana Júlia Viamonte, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal

Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, Universidad Nacional del Altiplano, Peru

Prof.^a Dr.^a Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil

Prof.ª Dr.ª Begoña Blandón González, Universidad de Sevilla, Espanha

Prof.ª Dr.ª Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Prof.ª Dr.ª Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Prof.ª Dr.ª Cirila Cervera Delgado, Universidad de Guanajuato, México

Prof.ª Dr.ª Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal

Prof.^a Dr.^a Cláudia Padovesi Fonseca, Universidade de Brasília-DF, Brasil

Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Prof. Dr. David García-Martul, Universidad Rey Juan Carlos de Madrid, Espanha

Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra, Universidade Estadual do Maranhão, Brasil

Prof.ª Dr.ª Dina Maria Martins Ferreira, Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Prof.ª Dr.ª Edith Luévano-Hipólito, Universidad Autónoma de Nuevo León, México

Prof.ª Dr.ª Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima, Brasil

Prof.ª Dr.ª Elvira Laura Hernández Carballido, Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo, México



- Prof.^a Dr.^a Emilas Darlene Carmen Lebus, Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional, Argentina
- Prof.ª Dr.ª Erla Mariela Morales Morgado, Universidad de Salamanca, Espanha
- Prof. Dr. Ernesto Cristina, Universidad de la República, Uruguay
- Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, Universidad de Guadalajara, México
- Prof. Dr. Fernando Hitt, Université du Québec à Montréal, Canadá
- Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, Universitat de Barcelona, Espanha
- Prof.^a Dr.^a Gabriela Gonçalves, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
- Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil
- Prof.^a Dr.^a Gladys Esther Leoz, Universidad Nacional de San Luis, Argentina
- Prof.^a Dr.^a Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
- Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnido da Guarda, Portugal
- Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, Universidad Nacional de Catamarca, Argentina
- Prof. Dr. Guillermo Julián González-Pérez, Universidad de Guadalajara, México
- Prof. Dr. Håkan Karlsson, University of Gothenburg, Suécia
- Prof.ª Dr.ª Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco, Brasil
- Prof.ª Dr.ª Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, Universidad de Piura, Peru
- Prof.ª Dr.ª Isabel Yohena, Universidad de Buenos Aires, Argentina
- Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
- Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, Universidad del Bío-Bío, Chile
- Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas, Brasil
- Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, University of Miami and Miami Dade College, Estados Unidos
- Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, Universidad de Castilla La Mancha, Espanha
- Prof. Dr. João Manuel Pereira Ramalho Serrano, Universidade de Évora, Portugal
- Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES Centro Universitário de Mineiros, Brasil
- Prof. Dr. Jorge Ernesto Bartolucci, Universidad Nacional Autónoma de México, México
- Prof. Dr. José Cortez Godinez, Universidad Autónoma de Baja California, México
- Prof. Dr. Juan Carlos Cancino Diaz, Instituto Politécnico Nacional, México
- Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, Universidad Politécnica de Madrid, Espanha
- Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín, Colômbia
- Prof. Dr. Juan Manuel Sánchez-Yáñez, Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, México
- Prof. Dr. Juan Porras Pulido, Universidad Nacional Autónoma de México, México
- Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
- Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
- Prof.ª Dr.ª Lívia do Carmo, Universidade Federal de Goiás, Brasil
- Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo, Brasil
- Prof. Dr. Luis Fernando González Beltrán, Universidad Nacional Autónoma de México, México
- Prof. Dr. Luis Vicente Amador Muñoz, Universidad Pablo de Olavide, Espanha
- Prof.ª Dr.ª Macarena Esteban Ibáñez, Universidad Pablo de Olavide, Espanha
- Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodriguez, Universidad Santiago de Compostela, Espanha
- Prof. Dr. Manuel Simões, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Portugal
- Prof.ª Dr.ª Márcia de Souza Luz Freitas, Universidade Federal de Itajubá, Brasil
- Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
- Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
- Prof.ª Dr.ª Mar Garrido Román, Universidad de Granada, Espanha
- Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
- Prof.ª Dr.ª María Alejandra Arecco, Universidad de Buenos Aires, Argentina
- Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia, Brasil
- Prof.^a Dr.^a Maria Carmen Pastor, *Universitat Jaume I*, Espanha



- Prof.^a Dr.^a Maria da Luz Vale Dias Universidade de Coimbra, Portugal
- Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
- Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
- Prof.ª Dr.ª MªGraça Pereira, Universidade do Minho, Portugal
- Prof.^a Dr.^a Maria Gracinda Carvalho Teixeira, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
- Prof.^a Dr.^a María Guadalupe Vega-López, *Universidad de Guadalajara, México*
- Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
- Prof.^a Dr.^a Maritza González Moreno, Universidad Tecnológica de La Habana, Cuba
- Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras, Brasil
- Prof. Dr. Melchor Gómez Pérez, Universidad del Pais Vasco, Espanha
- Prof.ª Dr.ª Ninfa María Rosas-García, Centro de Biotecnología Genómica-Instituto Politécnico Nacional, México
- Prof.^a Dr.^a Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense, Brasil
- Prof. Dr. Osbaldo Turpo-Gebera, Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa, Peru
- Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras, Brasil
- Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia, Brasil
- Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí, Brasil
- Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí, Brasil
- Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
- Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, Universidad Nacional de Catamarca, Argentina
- Prof.ª Dr.ª Solange Kazumi Sakata, Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN)- USP, Brasil
- Prof.^a Dr.^a Stanislava Kashtanova, Saint Petersburg State University, Russia
- Prof.ª Dr.ª Susana Álvarez Otero Universidad de Oviedo, Espanha
- Prof.ª Dr.ª Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
- Prof.ª Dr.ª Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
- Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa, Brasil
- Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil
- Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil
- Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, Corporación Universitaria Autónoma del Cauca, Colômbia
- Prof. Dr. Xosé Somoza Medina, Universidad de León, Espanha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E82 Estudos em Ciências Agrárias e Ambientais II [livro eletrônico] / Organizador Eduardo Eugênio Spers. – Curitiba, PR: Artemis, 2024.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia Edição bilíngue

ISBN 978-65-81701-27-7

DOI 10.37572/EdArt 301024277

1. Ciências agrárias – Pesquisa – Brasil. 2. Meio ambiente. 3.Sustentabilidade. I. Spers, Eduardo Eugênio.

CDD 630

Elaborado por Maurício Amormino Júnior - CRB6/2422



APRESENTAÇÃO

O campo das Ciências Agrárias e Ambientais desempenha um papel fundamental na compreensão e solução dos desafios contemporâneos relacionados à produção de alimentos, à conservação ambiental e ao bem-estar animal. Em um mundo em constante transformação, questões como a sustentabilidade dos agroecossistemas, o manejo eficiente dos recursos naturais e a saúde pública se tornam cada vez mais relevantes. É com este espírito que apresentamos o volume II da coletânea "Estudos em Ciências Agrárias e Ambientais", que reúne pesquisas de autores de diversas partes do mundo, cada um contribuindo com sua perspectiva e expertise únicos.

Os quinze artigos que compõem este volume abordam uma variedade de tópicos, refletindo a riqueza e a diversidade das Ciências Agrárias. Desde práticas conservacionistas que buscam melhorar e manter agroecossistemas, até investigações sobre o uso de fitohormonas e fertilização na produção vegetal, o uso de tecnologias de processamento de madeira e a promoção do bagre armado - cada estudo traz à tona questões cruciais que impactam tanto a produção agrícola quanto a saúde ambiental.

Neste volume, também exploramos a crescente relevância dos produtos agrícolas locais, especialmente em tempos desafiadores como os que vivemos, marcados pela pandemia da COVID-19. A importância de circuitos curtos de proximidade se torna evidente, promovendo não apenas a segurança alimentar, mas também a resiliência das comunidades.

Além disso, as contribuições da veterinária destacam a importância do cuidado animal e da saúde pública, ilustrando a interconexão entre os seres humanos, os animais e o meio ambiente.

Esperamos que esta coletânea não apenas informe, mas também inspire debates e colaborações futuras entre pesquisadores, profissionais e estudantes da área. Juntos, podemos avançar em direção a um futuro mais sustentável e equilibrado, em que conhecimento pesquisa sejam os pilares para soluções efetivas.

Agradecemos a todos os autores e colaboradores que tornaram este trabalho possível. É nossa esperança que os estudos aqui apresentados contribuam para um entendimento mais profundo das questões agrárias e ambientais, e que possam servir de base para novas investigações e práticas inovadoras.

SUMÁRIO

SUSTENTABII		

CAPÍTULO 11
PRÁTICAS CONSERVACIONISTAS PARA MELHORIA E MANUTENÇÃO DOS AGROECOSSISTEMAS
Eliana Batista Glêvia Kamila Lima
di) https://doi.org/10.37572/EdArt_3010242771
CAPÍTULO 217
PROS AND CONS OF USING FORESTRY AS A COMPENSATION MECHANISM FOR GREENHOUSE GASES EMISSIONS ON NEW ZEALAND PASTORAL FARMS
Phil Journeaux
https://doi.org/10.37572/EdArt_3010242772
CAPÍTULO 332
STRUCTURAL AND CHEMICAL CHARACTERISTICS OF WOOD GREENERY ORIGINATING FROM BOSNIA AND HERZEGOVINA
Srđan Ljubojević Ladislav Vasilišin
Goran Vučić
di) https://doi.org/10.37572/EdArt_3010242773
CAPÍTULO 447
THE CHOICE OF OPTIMAL TECHNOLOGY FOR EXTRACTING WOOD GREENERY FROM FOREST DENDROMASS
Srđan Ljubojević Ladislav Vasilišin
Goran Vučić
di) https://doi.org/10.37572/EdArt_3010242774

CAPÍTULO 561
PLAN DE ACCIÓN PARA LA PROMOCIÓN DEL BAGRE ARMADO (HYPOSTOMUS PLECOSTOMUS) EN VILLAHERMOSA TABASCO
María Patricia Torres Magaña María Rivera Rodríguez Ana Laura Fernández Mena Araceli Pérez Reyes María del Carmen Hernández Martínez https://doi.org/10.37572/EdArt_3010242775
PRODUÇÃO VEGETAL E IMPACTOS AMBIENTAIS
CAPÍTULO 670
FITOHORMONAS Y FERTILIZACIÓN QUIMICA EN LA RENTABILIDAD DE LA PRODUCCIÓN DE SEMILLA DE PASTO BUFFEL ZARAGOZA 115 EN DOS ESTACIONES DEL AÑO BAJO RIEGO EN EL NORTE DE COAHUILA, MEXICO
Pedro Hernández Rojas Mauricio Velázquez Martínez Carlos Ríos Quiroz Víctor Hugo González Torres Dagoberto Flores Marín Macotulio Soto Hernández https://doi.org/10.37572/EdArt_3010242776
A IMPORTÂNCIA CRESCENTE DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS E AGROALIMENTARES LOCAIS: OS EFEITOS DA PANDEMIA COVID-19 NOS CIRCUITOS CURTOS DE PROXIMIDADE
Maria Lúcia Pato
doi https://doi.org/10.37572/EdArt_3010242777
CAPÍTULO 896
PARÂMETROS FITOTÉCNICOS DE CANA-PLANTA E DE PRIMEIRA SOCA EM SOLO ARGILOSO
Lia Mara Moterle Renato Frederico dos Santos Hugo Zeni Neto

Bruna Sisti Michelan de Polli doi:https://doi.org/10.37572/EdArt 3010242778 CAPÍTULO 9......100 SEVERITY OF 'WOOD POCKET' PHYSIOPATHY IN SELECTED PERSIAN LIME PLANTS OF DIFFERENT GENERATIONS Juan Carlos Álvarez Hernández José Concepción García Preciado José Joaquin Velázquez Monreal doi:https://doi.org/10.37572/EdArt 3010242779 CAPÍTULO 10......108 THE DILEMMA OF THE DEVELOPMENT OF OIL PALM PLANTATIONS AGAINST FOREST CONSERVATION IN CAMEROON Mesmin Tchindjang **Guy Donald Abasombe** Rose Ngo Makak Philippes Mbevo Fendoung doi:https://doi.org/10.37572/EdArt 30102427710 SAÚDE ANIMAL E MEIO-AMBIENTE CAPÍTULO 11......146 COMPARACIÓN DE PRUEBAS DIAGNÓSTICAS DIRECTAS PARA LA DETECCIÓN DE Babesia bigemina EN BOVINOS Azul Gisela Comas González Julio Vicente Figueroa Millán José Juan Lira Amaya Rebeca Montserrat Santamaría Espinosa Grecia Martínez García Carmen Rojas Martínez

Luiz Gustavo da Mata Borsuk

Jesús Antonio Álvarez Martínez

doi:https://doi.org/10.37572/EdArt_30102427711

CAPITULO 12168
OZONOTHERAPY AS AN ASSISTANT IN THE TREATMENT OF MASTITIS, IN LACTATING COWS
Gabriel Gerardo Aguirre Espíndola Mari Carmen Larios Garcia José Alfredo Galicia Domínguez Sandra Ortiz González
https://doi.org/10.37572/EdArt_30102427712
CAPÍTULO 13178
DIAGNOSTICS IN A PUG DOG WITH ALLERGY REACTION ON RABIES VACCINE, CLINICAL PICTURE AND ATOPIC DERMATITIS- CASE REPORT
Danijela Videnovic
di https://doi.org/10.37572/EdArt_30102427713
CAPÍTULO 14187
PARASITIC CONTAMINATION OF PUBLIC PLACES IN BELGRADE AND ITS CONTROL RESULTS OF A THIRTY-YEAR STUDY (1993-2023)
Ivan Pavlovic Aleksandra Tasic Vesna Kovačević Jovanović Dara Jovanovic Zoran Tambur
di https://doi.org/10.37572/EdArt_30102427714
CAPÍTULO 15216
DISEÑO CONCEPTUAL DE UN SISTEMA DE PRODUCCIÓN DE ALIMENTOS BALANCEADOS PARA GANADO PORCINO
Oralio Hernández Alvarado Adolfo López Zavala César Chávez Olivares Efraín Zúñiga Morales di https://doi.org/10.37572/EdArt_30102427715
SOBRE O ORGANIZADOR228
ÍNDICE REMISSIVO 229

CAPÍTULO 2

PROS AND CONS OF USING FORESTRY AS A COMPENSATION MECHANISM FOR GREENHOUSE GASES EMISSIONS ON NEW ZEALAND PASTORAL FARMS

Data de submissão: 20/09/2024 Data de aceite: 08/10/2024

Phil Journeaux

Journeaux Economics, Hamilton New Zealand https://orcid.org/0009-0002-3534-0147

ABSTRACT: Mitigating or offsetting GHG emissions from pastoral farms is a complex Within New Zealand, mitigation options include fine-tuning farm systems to make them more efficient, and/or land use change into horticulture or arable cropping. Both these approaches have limitations to the degree to which GHG emissions can be reduced. Offsetting via forestry is often the cheapest and most practical option for many farms, although the system to achieve this is also relatively complex and does not reduce gross emissions. The introduction of a value for carbon has resulted in carbon farming being a much more profitable option compared to sheep & beef farming, which has wider economic implications. The proposed introduction of a farm-level levy also provides an incentive to use forestry to offset this.

KEYWORDS: Greenhouse gas mitigation. Agricultural systems. Carbon farming. Forestry offsets.

1 BACKGROUND

Within New Zealand there are a range of factors driving the country's response to climate change. These include:

- Signatory to the United Nations
 Paris Agreement (2020-2030),
 where our Nationally Determined
 Contribution is a reduction in
 emissions of 50% below 2005
 levels by 2050.
- Domestically, the Climate Change Response (Zero Carbon)
 Amendment Act was passed in 2019, with three key factors:
 - Carbon dioxide and nitrous oxide ("long-lived gases") are net zero by 2050
 - Methane reduced to 10% below 2017 levels by 2030, and to 24-47% below 2017 levels by 2050
 - Government must have an Emissions Reduction Plan and a National Adaptation Plan.

As can be seen by the reduction targets, New Zealand has split reduction targets between long-lived gases (CO_2 , N_2O) and CH_4 , which is a relatively short-term gas. Currently it is the only country in the world to do this.

- The Emissions Trading Scheme (ETS) was set up in 2008, as the main mechanism to value carbon within the domestic economy. People sequestering carbon (very largely by growing forests) are granted carbon credits (NZ Units, = 1 tonne CO₂equivalent) by the government, and then in turn sell these to greenhouse gas emitters, who then have to surrender the NZU's back to government. All sectors of the New Zealand economy, including agricultural processors, are included within the ETS, but not farming.
- In 2019 the government set up a working group which included all the agricultural organisations, representatives of Māori farming, and government to develop a farm-level pricing system for agricultural emissions as an alternative to the ETS. This group, know as He Waka Eke Noa (We're all in this together) recommended that a farm-level pricing mechanism be set up, with differential pricing for CH₄ and N₂O. The intent is that farmers will face this pricing mechanism from 2025.
- In 2018 the Climate Change Commission was set up, initially as an "interim" commission, which is an independent body formed to provide advice to government on climate change matters, including emissions budgets.

The key issue that faces New Zealand is that our greenhouse gas (GHG) emission profile is very different to other developed countries, where emissions from our agricultural sector make up 50% of our gross emissions. The nearest OECD country is Ireland, who's agricultural GHG emissions make up 37% of their total emissions, while for most OECD countries, agriculture makes up 5-10% of gross emissions. For New Zealand this is important, as pastoral agriculture makes up around 65% of New Zealand's mercantile exports.

4.1% Waste 19.6% 5.9% Industrial Processes Methane and Product Use 1.7% Fugitive emissions 5.9% 23.5% Electricity generation Dairy cattle 3.9% 7.2% Nitrous oxide Other 39.9% 50.0% 8.5% Energy Agriculture 11.8% Manufacturing Sheep 10.6% and Construction Methane 9.0% Beef cattle 1.5% 1 2% Other 5.8% Nitrous oxide Other 7.7% Methane 15.3% Road transport 1.3% Nitrous oxide

Figure 1: New Zealand GHG Profile 2020.

Source: NZ GHG Inventory 1990-2020, published April 2022 https://environment.govt.nz/publications/newzealands-greenhouse-gas-inventory-1990-2020/

As can be seen from Figure 1, dairying makes up 47% of agricultural emissions, with sheep & beef farming making up 42%. Within the energy sector, approximately 85% of New Zealand electricity generation is renewable (largely hydro-electric) and moving up to around 95%. This means that the two main sectors where GHG reductions can be made is agriculture and transport.

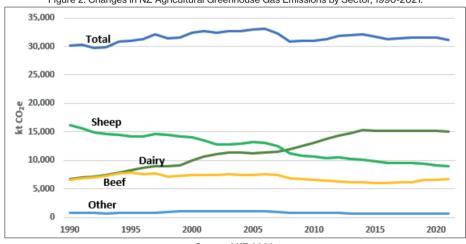


Figure 2: Changes in NZ Agricultural Greenhouse Gas Emissions by Sector, 1990-2021.

Source: MfE 2022.

Figure 2 shows a reduction in GHG emissions from the sheep sector, due to a large reduction in stock numbers since 2019, a combination of reduced numbers on-farm, plus land use change into either dairying or forestry. Dairy emissions have increased because of significant land use change into dairying over the period, driven by its superior profitability. Beef emissions have been relatively static.

Over the period 1990 to 2020, total livestock GHG emissions ($CH_4 + N_2O$) have increased by 16.6%, while CH_4 emissions have increased by 8.4% and N_2O emissions by 49.4% (driven largely by significant increases in nitrogen fertiliser usage over the period). (MfE 2022).

2 HE WAKA EKE NOA

As noted, this group, comprising agricultural bodies, lwi, and government, was set up in 2019 to determine a GHG emissions pricing mechanism for farming which would operate outside of the ETS. The overall system agreed by government included:

- An on-farm pricing system, where the price of CH₄ would be set by Government, while the price of N₂O would be linked to the ETS price (5% in 2025, rising by 1% per year through to 2030 when it would be revised).
- A centralised and standardised GHG calculator to estimate annual GHG emissions at the farm level.
- Emissions levy to be set at the lowest price possible to achieve outcomes;
 revenue used to incentivise behaviour change.
- Incentive payments to make uptake of mitigation technologies and practices more cost-effective.
- An expansion of the definition of "forestry" to allow for additional areas to be included for carbon sequestration, and for these to eventually be included within the ETS.
- Farms which would face an emissions price would be;
 - Greater than 550 stock units (sheep, cattle, deer), or
 - Greater than 50 dairy cows, or
 - > Apply more than 40 tonnes of nitrogen through synthetic fertiliser.

3 EMISSIONS TRADING SCHEME

The ETS as mentioned is the main market mechanism for valuing carbon in New Zealand, whereby GHG emitters can buy such carbon credits as a means of offsetting their emissions. The main means of sequestering carbon is via forestry, and there are a number of rules around eligibility of forests to be registered in the ETS:

- Must have been planted, or regenerated, after 1 January 1990
- Must be 1 hectare or larger,
- Forest canopy width must be greater than 30 metres on average,
- Tress must be able to grow 5 metres or taller,
- The tree canopy must cover at least 30% of the ground, as measured on the horizontal plane.

It excludes any forest which existed prior to 1 January 1990, horticultural tree crops, and shelter belts.

In 2020 the government introduced some further refinements to the ETS:

- A cap on total emissions that declines over time, in line with emissions budgets (as set by the Climate Change Commission)
- Auctioning, which was introduced in 2021, whereby the government auctions
 off a set amount of NZU's quarterly (usually around 4.5 million), as a means
 of raising funds for Climate Change related actions. Note these NZUs are not
 backed by any sequestration.
- A phaseout of the free allocation to industrial emitters. This free allocation
 was 95% in 2020, and reduces by 1% per year through the 2020's, 2% per
 year through the 2030's, and 3% per year through the 2040's.
- A floor price for NZU's \$30¹ in 2022, rising to \$40 in 2027 and increases by 2% per year.
- A ceiling price for NZU's \$70 in 2022, rising to \$129.97 in 2027, and again increasing at 2% per year. The Climate Change Commission has been recommending an increase in the ceiling price to \$171 immediately, in order to accelerate GHG mitigations.

The amount of sequestration claimable is also controlled to a degree. Any forests less than 100ha in size, in aggregate, are required to use the sequestration rates as per the Ministry for Primary Industry (MPI) Look-up tables (MPI 2017), whereas forests 100 hectares or greater need to be physically measured every 5 years to determine the actual sequestration rate.

The government has stated that if it is not possible to enact the He Waka Eke Noa provisions, farming would be placed within the ETS.

¹ All prices are in \$NZ

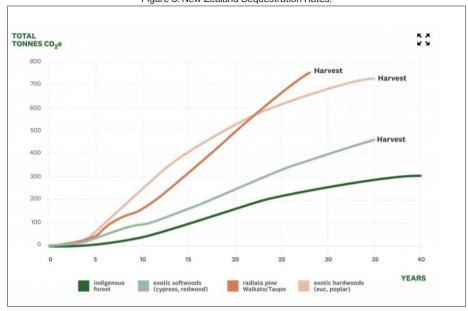


Figure 3: New Zealand Sequestration Rates.

Source: MPI Carbon Look-up Tables for Forestry.

As can be seen from Figure 3, the fastest sequestration rates are from radiata pine, the main production specie grown in New Zealand (90% of production forests), averaging up to 25 tonnes CO₂e per hectare per year, while indigenous forest average around 6.5 tonnes CO₂e per hectare.

In January 2023, the regime whereby carbon credits could be claimed from forestry was simplified down to two mandatory options:

(i) Averaging. At the start of the ETS, forest owners could claim carbon credits throughout the life of the forest, but needed to repay these, at the price on the day, when the forest was harvested. When the forest was replanted, further carbon credits could be claimed, until again when the forest was harvested. This regime is called the "stock management" regime.

From 1 January 2023, all production forests planted and registered for the ETS must go into the Averaging scheme. Under this system, a forest owner can claim roughly half the carbon sequestered in the first rotation and does not need to pay this back at harvest, provided the forest is replanted. Carbon is claimable only in the first rotation, with none thereafter.

The government has set the period under which carbon can be claimed under the averaging scheme, relative to average rotation lengths:

- · Pines 16 years
- Exotic softwoods (e.g. cypress, redwood) 22 years
- Exotic hardwoods (e.g. eucalypts, poplars) 12 years
- Douglas Fir 26 years
- (ii) Permanent forest. As the name suggests, this is a permanent forest which will never be harvested, and where the carbon sequestration claimable is under the stock management approach – i.e. you can claim carbon for as long as the forest is growing. If the forest is ever harvested, or leaves the ETS, then any carbon credits claimed must be repaid. This regime does allow for selective logging, provided the key aspects of the ETS are retained, e.g. 30% canopy cover.

4 FARM LEVEL GHG EMISSIONS

The key determinants of GHG emissions at a farm level are:

- The amount of dry matter (DM) consumed by the animals. There is a direct correlation with the amount of methane produced, and a strong correlation with nitrous oxide emissions, which is then also heavily influenced by:
- The amount of protein in the diet. Protein level in New Zealand pastures are generally quite high – well above average ruminant requirements.
- The amount of nitrogen fertiliser used. While there are some direct N₂O and CO₂ emissions when nitrogen fertiliser is applied to the soil, the key reason for most New Zealand farmers using nitrogen fertiliser is to grow more pasture i.e. increase the amount of DM on offer to the animals.

With respect to mitigating farm-level GHG emissions therefore, the need is to reduce all of the above, especially DM consumed given it is the main driver by far. The split in the GHG on-farm emissions between CH_4 and N_2O is roughly 80:20.

Table 1: Average New Zealand Farm-Level Biological GHG Emissions

	Average T CO ₂ e/ha	Range T CO ₂ e/ha
Dairy	9.6	3.1-18.8
Sheep & Beef	3.6	0.12-7.1

Source: Dairy NZ 2017, AgResearch 2020.

Table 1 shows the per hectare GHG emissions, with a wide range within each sector, driven largely by the intensity of the farming system, and the level of any feed

inputs. The proposed carbon pricing levy to be introduced in 2025 will be based on the total farm emissions, which has implications for the sheep & beef sector.

· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·								
	Average area (ha)	Average T CO ₂ e/ha	Total T CO₂e	5-year Average EBITDA/ha*				
Dairy	155	9.6	1,488	\$3,418				
Sheep & Beef	695	3.6	2,502	\$371				

Table 2: Total Farm Emissions and Profitability.

Table 2 shows that while the per hectare emissions from sheep & beef farms are 37.5% of that for dairying, total emissions are 68% higher due to the much greater area of the average sheep & beef farm. Which means they will be facing, proportionally, a higher emissions levy, while total profitability is around 50% of that of the average dairy farm. Hence their greater vulnerability to the emissions levy.

One of the options for farmers to mitigate GHG emissions is to alter or fine-tune their farming systems. Research by Journeaux and Kingi 2020, and Journeaux et al 2022(a), has shown that such fine tuning is possible, with reductions in GHG emissions on pastoral farms in the order of 2-10%. Much of this is based around reducing stocking rates, while at the same time increasing per animal productivity in order to maintain or improve farm profitability. Other options include finishing animals to target weights more quickly, or reducing exogenous inputs (e.g. supplementary feed and/or nitrogen fertiliser). The impact of the latter options varies depending on the degree of such inputs, and in almost all cases, reduces farm profitability.

Caution is also needed around such farm-system options, as they require adaptations in farm management to ensure they are successful. Reducing stocking rates means that grazing management must improve. Otherwise, pasture quality is lost, resulting in (often) significant reductions in production and hence profitability. Other options require changes in farm management which will take several years to achieve; there are no overnight fixes.

5 FORESTRY AS AN OFFSET

The decision whether to mitigate or offset an environmental externality depends largely on two factors; the practicality of either and what is the least-cost option.

Within New Zealand, the use of forestry sequestration to offset on-farm emissions is readily accepted, especially given the relative practicality and cost effectiveness of doing so. In noting this, there are of course several issues to take into account.

^{*}Dairy NZ Economic Survey 2020/21, Beef + Lamb NZ Economic Survey 2020/21.

Table 3: Area required (ha) to offset on-farm emissions.

% offset:	5%	10%	25%	50%	100%
155 ha dairy farm	3.7	7.4	18.5	37.2	74.4
695 ha sheep & beef farm	6.3	12.5	31.3	62.6	125.1

This shows the area (in hectares) need to be planted in *pinus radiata* to offset a percentage of the farm emissions, relative to the national average farm sizes. At the bottom end of the scale, i.e. 5% offset, finding 3.7 hectares on a 155 hectare dairy farm would be something of a push, whereas finding 6.3 hectares on a 695 hectare sheep & beef farm would be very straightforward. At the other extreme, planting 74.4 hectares on a 155-hectare dairy farm means the dairy farm would largely cease to exist. Planting 125 hectares on a 695-hectare sheep & beef farm would be something of a push, given it equals 18% of the farm area – but not necessarily impossible.

Another key factor is that the forest need not be planted directly on the farm itself. As long as it was planted somewhere in New Zealand, the credits could be used for offsetting. Similarly, once an international trading system is developed, the trees could be planted anywhere in the world.

Using forestry as an offset is, in many cases, a least-cost option relative to other mitigation options. This can be illustrated by comparing relative shadow prices, calculated as change in farm profitability, divided by change in biological GHG emissions.

Table 4: Average Shadow Prices (\$/T CO2e)

	S&B	Dairy
Reduce stock numbers by 10%	\$91	\$562
Reduce stock numbers by 10% Increase Productivity	-\$348	-\$746
Plant 10% pines	-\$2	\$56
Plant 10% natives	\$180	\$225
50% N Fertiliser		\$145
No bought in supplement		\$90

Source: Journeaux and Kingi, 2022

Caution is needed in interpreting these prices, as they are averages based on a small sample. Nevertheless, they indicate the relative cost-effectiveness of using forestry as an offset.

In noting this, using forestry as an offset has its limitations, the main one being it is a relatively short-term solution. As noted earlier, under the averaging scheme, there is a limit on the time carbon credits can be claimed, and only in the first rotation. Assuming therefore that offsetting via forestry is the only mechanism to be used, then additional

areas need to be planted at the end of the averaging period. Under the permanent forest scheme, it is possible to plant an initial area which can cover the farm emissions for many years. This is illustrated below, given a hypothetical situation; assume 10 hectares of production pines is sufficient to offset the farm emissions. Under the averaging scheme, the carbon credits from this forest would last 16 years, which means a new area of 10 hectares needs to be planted every 16 years. Conversely, if a native forest was planted as a permanent forest, then planting 36 hectares in year 1 (the larger area is required due to the slower sequestration rate) would be sufficient.

Table 5: Illustration of using forestry as an offset.

	Production Pines (ha)	Total ha Pines	Total ha Natives
Year 1	10	10	36
Year 16	10	20	
Year 32	10	30	
Year 48	10	40	
Year 64	10	50	

This shows the key achilles heel of using production forestry as a carbon offset – that increasing areas need to be planted over time in order to maintain the level of offsetting.

While Table 5 would indicate the desirability of using a permanent forest such as native trees, and many farmers would prefer to plant natives, the biggest drawback is economics: establishing pines cost \$2,500-\$3,000/ha, which then sequester 20-25 Tonnes CO₂e/ha/year, whereas natives cost anything from \$10,000-\$45,000/ha (median is \$13,000-\$15,000/ha) and sequester 6.5 tonnes CO₂e/ha/year. The reason the establishment of natives is so much higher is due to several factors:

- Number of plants planted per hectare is much higher than pines; 2,000-3,000 stems/ha compared to ~1,000 stems/ha for pines. This is because they grow much slower and death rates are much higher.
- Because they grow slower, post-planting management (e.g. weed release) requirements are higher.
- Because there is limited stock available, cost per plant is higher.

6 CALCULATING THE VALUE OF OFFSETTING

At a national level, the calculation is straightforward, tonnes of gross emissions less gross sequestration equal net emissions. For example, in 2020 New Zealand's gross

emissions were 77,778 kilotonnes of CO₂e, and sequestration was 23,313 kilotonnes CO₂e, giving net emissions of 55,465 kilotonnes CO₂e (MfE 2022).

At the farm-level, it is a bit more complicated. If a farm was seeking carbon neutral status, then the calculation would again be straightforward; tonnes of CO₂e gross emissions less tonnes CO₂e sequestered.

For the calculation of the farm levy however, everything is calculated through at a monetary value. The formula for this is: A + B - I - C, where:

A = price of methane (\$/kg CH₄)

B = price of nitrous oxide (\$ T CO₂e)

I = an incentive payment for using new technology, currently suggested as \$50/T CO₂e reduced as a result of using the technology

C = the value of sequestered carbon (\$/T CO₂e, aka the ETS price)

	Total T CH ₄ as CO ₂ e	Total T N ₂ O as CO ₂ e	Assumed Sequestration (T CO ₂ e)	Cost of CH ₄	Cost of N ₂ O	Gross Levy	Value of forestry sequestration	Net Levy
Dairy	1,190	298	72	\$5,238	\$1,265	\$6,503	\$6,120	\$383
Sheep & Beef	2,002	500	220	\$8,807	\$2,127	\$10,934	\$18,700	-\$7,766

Table 6: Example of using forestry as an offset at the farm level.

Note:

- (i) The farms used are as per the national average farms (Table 2)
- (ii) The sequestration assumed is purely for illustration.
- (iii) The pricing used is that proposed by He Waka Eke Noa for 2025 (HWEN 2022)

As can be seen from Table 6, the value of the carbon credits from forestry has a significant impact when used to offset the carbon levy. This can also be illustrated using actual farms, where planting 10% of the farm into forestry has been modelled.

Table 11 impact of 1 crossly choosing on 1 reposed carson 2017.							
Sheep & Beef	Pastoral Area (ha)	Forest Area (ha)	Gross T CO ₂ e Emissions	Gross Carbon Levy 2025	Forestry Credit	Net Levy 2025	
Base	1,632		8,396	\$15,159		\$15,159	
Plant 10% forest - Pines	1,470	162	7,329	\$12,092	\$304,317	-\$292,225	
Plant 10% forest - Cypress	1,470	162	7,329	\$12,092	\$176,256	-\$164,164	
Plant 10% forest - Natives	1,470	162	7,329	\$12,092	\$89,505	-\$77,413	

Table 7: Impact of Forestry Offsetting on Proposed Carbon Levy.

Table 7 continued.

Dairy	Pastoral Area (ha)	Forest Area (ha)	Gross T CO ₂ e Emissions	Gross Carbon Levy 2025	Forestry Credit	Net Levy 2025
Base	155.1		2,027	\$8,836		\$8,836
Plant 10% forest - Pines	140.1	15	1,806	\$7,112	\$26,520	-\$19,408
Plant 10% forest - Cypress	140.1	15	1,806	\$7,112	\$16,320	-\$9,208
Plant 10% forest - Natives	140.1	15	1,806	\$7,112	\$8,288	-\$1,176

Table 7 shows several things:

- Total gross emissions reduce as a result of the forestry planting, due to livestock being displaced by the trees.
- Selling the carbon credits as sequestered by the forestry significantly offsets
 the cost of the levy, realising that the income from the pines lasts 16 years, the
 cypress 22 years, and from the natives 200-300 years.
- The faster sequestration by the pines means that the credits generated are much more than from the cypress, which in turn is greater than from native trees.
- If, under the pine scenario, only sufficient carbon credits were sold annually to offset the levy, with the remainder held for later years, then the credits would be sufficient to offset the levy for 30+ years.

7 CARBON FARMING

The advent of the ETS and a value for carbon sequestration via forestry, has given rise to the practice of "carbon farming", particularly in recent years as the carbon price has risen.

In this enterprise, farms are planted up into forestry, in most instances into *pinus radiata*, which tends to give the greatest returns, and following the end of carbon credits (under averaging), the forest then reverts to a production forest.

The driver for this is of course the economics of the system. As noted in Table 2, the 5-year average EBITDA for sheep & beef farming, is \$371 per hectare. Planted in pines, the same land would return around \$1,500 per hectare, for 16 years, and \$100-\$250 per hectare thereafter as a production forest. This means the internal rate of return from the carbon farming is 5-7 times that of sheep & beef farming.

This has driven investors, many from overseas, to buy up whole sheep & beef farms and convert them to forestry, and since 2017, an estimated 175,000 hectares of sheep & beef land has been sold for conversion².

² Stuff, 15 November 2022. https://www.stuff.co.nz/business/farming/130412293/12000-hectares-approved-for-sale-to-overseas-investors-for-forestry

This in turn has created a degree of angst within New Zealand, particularly from farmers and rural communities whose livelihoods and social services are threatened.

This had led to calls within the community, including from the Parliamentary Commissioner for the Environment, and the Climate Change Commission, to limit the use of forestry as an offset, especially for industrial emitters/fossil fuel users, as they are currently very largely using forestry as an offset rather than mitigating emissions, as it's the least-cost option. It has also been pointed out that if New Zealand relies heavily on offsetting, then (a) our gross emissions won't reduce, and (b) eventually we'll run out of land to plant, aka Table 5.

A recent study by Journeaux et al (2022(b)), illustrates this. This analysis considered two sheep & beef farms, one in Northland, one in Hawke's Bay, which were progressively planted up into forestry: 10%, 30%, 100%, in pines, cypress, and natives. The impacts at both then farm level and regionally were then analysed. The results showed:

(i) At the farm level:

- Planting 10% of the farm into pines had no impact on the farm EBITDA, in the absence of a value for carbon. The areas planted were the lower productive areas on the farms, and therefore wider impact was minimal, given the returns for forestry were similar if not better than the farm returns on those areas.
- Planting greater than 10% of the farm into forestry progressively worsened the profitability of the farm.
- Introducing a value for carbon sequestration basically swamped the
 rest of the returns from the farming operation. The most profitable
 option was to plant 100% of the farm into pines, followed by 100%
 into cypress. All indigenous forest plantings resulted in a much lower
 EBITDA relative to the pastoral (base) operation.

(ii) At a regional level, this was analysed using Input/Output analysis:

- A positive impact in the initial year, for both value-add and employment, where the benefits of planting the forest offset the loss of the farming production.
- From then on, the impact was negative, both for the region in question and for the rest of New Zealand, through until the forest was harvested.
- In the year of harvest there was a significant increase in both valueadd and employment as a result of the harvesting/processing.
 This resulted in an overall positive Net Present Value (NPV) for the

- pines scenarios, and the 10% Cypress scenario. All the indigenous scenarios had a negative NPV.
- From an employment perspective there is a necessity for planting and harvesting to be phased and sequenced in order to maintain a sufficiently skilled labour force for harvest. This was not undertaken in this analysis.
- The addition of a value for carbon provided no net gain in value-add.
 The impact of a value for carbon is essentially an internal wealth transfer, with no overall net benefit at a national level.

In many respects the mantra from this study is "forests on farms, not farms into forests"

8 DISCUSSION

The advent of climate change policy, the development of the ETS and the fastapproaching pricing of agricultural emissions is a very complex area, and the implications of these are not well understood.

At a farm-level, there is some opportunity for farmers to reduce GHG emissions by fine-tuning farm systems and improving efficiency. Research would indicate this is relatively limited, to around 2-10% reduction while ensuring the farming system remains profitable. Achieving this will require improvements in farm management, and an extension programme to provide information and advice to farmers. This will take time, as there are no ready "quick fixes".

Currently there are a number of potentially useful mitigation technologies being researched, but which will take some time to come to fruition and become commercially available.

The use of forestry therefore, as a means of offsetting, is likely to be a tool which many farmers are likely to use, particularly in the sheep & beef sector, and particularly as it is relatively practical, least cost, and has a significant impact in offsetting the proposed carbon levy.

The main drawbacks are that it is not a permanent solution, as more forestry areas would need to be planted in the future, and it does nothing to reduce gross emissions, which is what the regulations, and markets, are calling for. And if carbon farming continues whereby pastoral farms are planted up into forestry, is will radically, and adversely, change the character of rural communities and economies.

Note: New Zealand held a general election in October 2023, electing a new government. The previous government did not pass legislation in time to enact the He

Waka Eke Noa provisions, and the new Government has announced that they will delay the on-farm pricing mechanism potentially through to 2030.

9 DISCLOSURES

The author has no relevant financial or non-financial interests to disclose. Funding for the projects covered in the paper was received from: New Zealand Agricultural Greenhouse Gas Research Centre, New Zealand Ministry for Primary Industries, New Zealand Fertiliser Association.

No funding was received to assist with the preparation of this manuscript.

REFERENCES

AgResearch 2020. Phase 3 - Multivariate Analysis of Greenhouse Gas Emissions from New Zealand

Sheep and Beef farms. Report to the NZ Agricultural Greenhouse Gas Research Centre. https://www.nzagrc.org.nz/assets/Publications/Multivariate-analysis-of-GHG-from-sheep-and-beef-farms_April-2020.pdf.

Dairy NZ 2017. Key drivers of GHG emissions on New Zealand dairy farms. Unpublished report.

HWEN 2022. He Waka Eke Noa: Recommendations for pricing agricultural emissions. Report to Ministers. https://hewakaekenoa.nz/wp-content/uploads/2022/06/FINAL-He-Waka-Eke-Noa-Recommendations-Report.pdf

Journeaux, P., Kingi, T. 2020. Farm Systems Modelling for GHG Reduction on Māori Owned Farms: Achieving the Zero-Carbon Targets. Report for the NZ Agricultural Greenhouse Gas Research Centre. https://www.nzagrc.org.nz/publications/farm-systems-modelling-for-ghg-reduction-on-maori-owned-farms/

Journeaux, P., Kingi, T. 2022. Greenhouse Gas Issues and Other Stuff. Paper to the 2022 NZARES conference. http://www.nzares.org.nz/doc/2022/Papers/Journeaux2022Paper.pdf

Journeaux, P., Kingi, T., Praat, JP., Hanford, P., Lloyd-Smith, C., Scarrow, S., Twigley, S., Tamepo, R. 2022(a). Takahuri Whenua: Approaches to Systems and Land Use Change to Reduce GHG Emissions. Report to NZAGRC.

https://www.nzagrc.org.nz/publications/takahuri-whenua-approaches-to-systems-and-land-use-change-to-reduce-ghg-emissions/

Journeaux, P., Praat, JP., Hanford, P., McDonald, G. 2022(b). Forestry on Farms: Implications for Farm Sustainability and Regional Impact, Report for the NZ Fertiliser Association. https://www.fertiliser.org.nz/Site/research/projects/forestry-on-farms.aspx

MfE 2022. New Zealand's Greenhouse Gas Inventory 1990–2021. Ministry for the Environment. https://environment.govt.nz/publications/new-zealands-greenhouse-gas-inventory-1990-2021/

MPI 2017. Carbon Look-up Tables for Forestry in the Emissions Trading Scheme. https://www.bioenergv.org.nz/documents/resource/Carbon-look-up-tables-2017-ETS-guide.pdf

SOBRE O ORGANIZADOR

EDUARDO EUGENIO SPERS realizou pós-doutorado na Wageningen University (WUR), Holanda, e especialização no IGIA, França. Possui doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo (USP). Foi Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração e do Mestrado Profissional em Comportamento do Consumidor da ESPM. Líder do tema Teoria, Epistemologia e Métodos de Pesquisa em Marketing na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD). Participou de diversos projetos de consultoria e pesquisa coordenados pelo PENSA e Markestrat. É Professor Titular no Departamento de Economia, Administração e Sociologia, docente do Mestrado em Administração e Coordenador do Grupo de Extensão MarkEsalq no campus da USP/Esalq. Proferiu palestras em diversos eventos acadêmicos e profissionais, com diversos artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, livros e capítulos de livros sobre agronegócios, com foco no marketing e no comportamento do produtor rural e do consumidor de alimentos.

ÍNDICE REMISSIVO

Α

Agricultural systems 17

Animal welfare 187, 189, 190, 200, 203, 205, 208

Atopic Dermatitis 178, 179, 185, 186

Atributos 216, 217, 220, 221, 224, 225, 226

В

Babesia bigemina 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 165, 166, 167

Bagre armado 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69

Belgrade 45, 178, 180, 187, 189, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 210, 211, 212, 213, 214

Biodiversidade 1, 2, 4, 6, 109, 110

Buffel Z115 71, 75, 77, 78, 81, 83

C

Cana-de-acúcar 96, 97, 99

Carbon farming 17, 28, 30
Chemical composition 32, 33, 35, 37, 40, 45
Circuitos curtos de proximidade 86, 88, 93, 94
Citrus latifolia 101, 102, 107
Conifers 32, 33, 34, 37, 40, 41, 43, 44, 46, 50
Conservation 108, 109, 112, 113, 120, 122, 123, 133, 134, 135, 138, 141, 142, 144
Contamination control 187
COVID-19 4, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95

D

Deciduous trees 32, 33, 37, 40, 41, 43

Deforestation 108, 109, 111, 112, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 131, 132, 133, 138, 139, 142, 143, 145

Desempenho 96, 97

Diagnóstico 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 162, 164, 165, 166

Dilemma 108, 109, 113, 134, 141

Diseño 71, 72, 74, 216, 217, 218, 219, 221, 223, 224, 225, 226, 227

Dog 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 215

```
Е
```

Elaeisfarming 109, 110, 114, 115, 123, 125, 127, 129, 130, 131, 133 Epidemiology 187, 209

F

Fertilización 70, 71, 72, 73, 75, 76, 79,

Fitohormonas 4, 70, 71, 72, 74, 75, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85

Food allergens 178, 179, 180, 181, 184

Forest dendromass 47, 48

Forestry offsets 17

Frotis 146, 147, 148, 150, 151, 152, 154, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164

G

Genótipos 76, 96, 97, 98, 99

Greenhouse gas mitigation 17

Ī

Impacts 29, 52, 109, 111, 116, 117, 118, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 144, 145, 207 Inhalant allergens 178, 179, 180, 183

L

Legislative enforcement 187

M

Manejo 1, 2, 4, 6, 7, 8, 14, 15, 16, 69, 74, 81, 82, 83, 84, 218

Milk quality 169, 175

Modelo de studio 62

0

Ozone therapy 169, 174, 175, 176

Р

PCR 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166

Peletizado 217

Persian lime 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Plan de acción 61, 62, 68

Plantas de cobertura 1, 9, 10, 11, 12, 15, 16

Porcino 216, 217, 219, 221, 226, 227

Prácticas sostenibles de pesca 61, 62

Preservação 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 14, 90

Processing technology 48, 50, 56

Produção local 86, 90

Produtividade 1, 3, 4, 6, 9, 10, 13, 14, 16, 96, 97, 98, 99

Promoción 61, 62, 67, 68, 69

Public education 187

Public hygiene 187

R

Rentabilidad 70, 71, 72, 83, 84, 218

S

SAT 178, 184

Sectorial spot 101, 102

Segurança alimentar 86, 88, 110

Semilla 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

Stray dogs 187, 188, 189, 197, 198, 199, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 214

Structural characteristics 33

Subclinical mastitis 169, 170, 171, 173, 174

Sustentabilidade 1, 2, 6, 7, 13, 89, 94, 110

Т

Tahiti lime 101, 107

Triturado 216, 217, 223

U

Urban health 187

W

Wood greenery 32, 33, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 53, 54, 55, 56, 60

Z

Zoonotic parasites 187, 188, 189